## A DGARQ e o Dia Internacional dos Arquivos

O Dia Internacional dos Arquivos foi instituído pela Assembleia Geral do CIA Conselho Internacional de Arquivos, realizada no Québec, em Novembro de 2007.

Foi escolhida esta data, por ter sido precisamente a 9 de Junho de 1948, que a unesco criou o CIA – Conselho Internacional de Arquivos.

O objectivo da criação de um Dia Internacional de Arquivos visa proporcionar condições para que, em todo o Mundo, se desenvolvam acções de promoção e divulgação da causa dos arquivos. A DGARQ – Direcção-Geral de Arquivos, ao iniciar este ano as celebrações deste dia, pretende chamar a atenção de todos os cidadãos para a enorme responsabilidade da preservação da memória e dos novos desafios que se associam ao uso de meios de informação/prova, cada vez mais voláteis, com que a nossa sociedade se vê hoje confrontada.

Para esse efeito optou-se por um formato de «dia aberto» em que os eventos se desenrolavam no mesmo espaço sendo oferecida às pessoas a possibilidade de alternar livremente a sua atenção por entre as várias áreas temáticas criadas.

O evento foi organizado da seguinte forma:

Uma área expositiva em que foram expostos exemplos de material informático obsoleto de forma a ilustrar a realidade da



rápida desactualização de suportes, máquinas e outros dispositivos informáticos.

Uma área multimédia em que foi compilado um filme exposto em *powerpoint* e projectado directamente sobre uma parede, contendo slides e filmes representativos de imagens digitais, pretendendo revelar as potencialidades oferecidas pelas novas tecnologias e por diversos pequenos filmes relativos aos problemas suscitados por essas mesmas tecnologias

Uma área interactiva onde os visitantes tinham a possibilidade de testar e observar em funcionamento o digitarq – nova base de dados de gestão de arquivos definitivos e que actualmente constitui o suporte de descrições e disponibilizada de imagens digitais, utilizado pela DGARQ. Refira-se que este sistema foi desenvolvido pela DGARQ. O RODA (Repositório de

Objectos Digitais Autênticos,) o arquivo digital nacional também desenvolvido pela DGARQ em colaboração com a Universidade do Minho. Finalmente um terceiro posto

permitia aos utilizadores utilizarem livremente a internet.

Uma outra valência foi a realização de conversas com pessoas seleccionadas de acordo com a temática de fundo adoptada – a preservação digital - focando dentro desta os seguintes temas: património digital; preservação digital na administração pública; a perspectiva tecnológica da preservação digital e ainda a assinatura digital e problemas jurídicos associados. Para este efeito a DGARQ pode contar com a colaboração de 4 individualidades que muito contribuíram para o sucesso da iniciativa, ficando a intenção de adoptar este formato para a realização de outras entrevistas subordinadas a outras temáticas que sejam do interesse dos arquivistas e dos cidadãos.

Francisco Barbedo
SUBDIRECTOR DA DGARQ

## Actividade formativa na DGARQ

NO CONTEXTO DE UMA ESTRATÉGIA ao nível da promoção e adaptabilidade dos recursos humanos às TIC e aos novos modelos organizacionais, o Plano de Formação relativo a 2008 procurou conciliar as efectivas necessidades de procura de formação ao objectivo maior de qualificação dos recursos humanos da DGARQ.

Nesse sentido, com o objectivo de desenvolver e adequar competências nos domínios da utilização das novas tecnologias de informática e de instrumentos de gestão, bem como, desenvolver ou adequar competências nos domínios das novas concepções e abordagens da gestão pública, 12% da oferta formativa foi distribuída por acções na área da informática; 9% na área do Comportamento / Liderança: 49% na área da Gestão / Qualidade / Jurídica (Contabilidade / Recursos Humanos) e 3% na formação de formadores em modo e-learning, sendo o restante reservado para as áreas de arquivística no âmbito da actividade formativa promovida internamente.

Contudo, a execução do Plano de Formação para o ano de 2008 enfermou de vicissitudes várias e que em muito contribuíram para o não cumprimento integral do previsto. Primeiro porque, nesse ano, a DGARQ perdeu um dos seus mais valiosos parceiros no apoio à actividade formativa, o IEFP; segundo porque, não obstante as duas candidatura submetidas ao QREN para financiamento da actividade formativa 2008/2009, Tipologia de Intervenção 3.3 (programa POPH com vista à qualificação dos profissionais da administração pública central), apenas 9,69% da totalidade da candidatura mereceu aprovação.

Independentemente desse facto, do total das 50 acções de formação promovidas, foram realizadas 34 acções, o que representa uma taxa de execução de 68 %. Ficaram por realizar 32% das acções previstas.

Quanto às formações de oferta ao exterior, foram realizados dois seminários, tendo os mesmos reunido 312 participantes externos.

Não obstante, em termos de realização formativa, agregando os valores da formação de oferta ao exterior à tabela de execução formativa interna, a DGARQ obteve um total global de 763 participações em actividades formativas, o que representa um incremento em número de participações de cerca de 12,04%, comparativamente ao transacto ano de 2007.

GRÁFICO I

Distribuição total de formandos internos por área de formação

% DE FORMANDOS

24%

11%

55%

10%

Arquivo

Gestão

Jurídica

Informática

Conforme se constata no Gráfico I dos 451 formandos que participaram em acções formação, a área que reuniu maior percentagem de participantes centrou-se em torno da Arquivística, com 54,55 % do total de participações, seguindo-se, por ordem decrescente, as áreas dos cursos de Gestão, 23,73%; Jurídica, 11,53%; e Informática, 10,20%;

Para o corrente ano de 2009. duas novas candidaturas, uma das quais para apoio à formação em modo e-learning, foram submetidas para apreciação do Fundo Social Europeu, na expectativa de se conseguir reunir as condições financeiras necessárias para alargamento da oferta formativa a um maior número de colaboradores da DGARQ, principalmente aos dos Arquivos Distritais que, por razões orçamentais, distância geográfica e custos de deslocação, dificilmente conseguem assegurar vinda a Lisboa com a regularidade desejável para participarem das actividades formativas.

Infelizmente, não foi possível por parte do POPH, a aprovação de valores destinados a apoiar os encargos da organização com as ajudas de custo, nem foi igualmente considerada a aprovação da candidatura para formação em modo e-learning, tendo sido aprovada apenas uma das candidaturas onde, globalmente, resulta uma taxa de aprovação financeira na ordem dos 57,831.60 €, ou seja, 43,40% do inicialmente proposto, para efeitos de formação e qualificação dos recursos humanos.

#### José Maria Furtado Chefe da Divisão de Formação, Informação e Qualidade

## Valorização do Património Histórico do Algarve

O 1.º ENCONTRO DE ARQUIVOS no Algarve teve como organizadores a Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio, a Direcção Regional de Cultura do Algarve, o Arquivo Distrital de Faro e a Câmara Municipal de Alcoutim e decorreu no anfiteatro do castelo de Alcoutim de 15 e 16 de Maio de 2009.

Teve a participação de oradores convidados, tais como o Professor Dr. Joaquim Romero Magalhães e o Dr. Hugo Cavaco e também de onze comunicantes pertencentes a diversas instituições algarvias e nacionais.

Das intervenções e das discussões que se produziram, durante os trabalhos, podemos extrair a seguinte síntese:

1. As novas tecnologias e as oportunidades e os problemas que transportam à gestão e à difusão dos documentos de preservação definitiva. Processos que por um lado podem levar o documento à casa do investigador e, por outro, levantar dúvidas e problemas quanto à preservação definitiva dos documentos originados em ambiente digital e aí conservados.

Também os conflitos latentes de quem quer preservar e de quem procura ter acesso ao documento original devido, normalmente, às dificuldades de leitura, serão melhor resolvidos através dos processos digitais directamente sobre os originais, sejam em suporte de papel ou de pergaminho.

A importância de se saber utilizar as diversas ferramentas via internet, tais como as aplicações da Web 2.0, na difusão e divulgação dos arquivos e dos seus documentos.

2. A gestão integrada dos arquivos, para além de aumentar a eficiência



e eficácia das instituições, é também um seguro de vida à salvaguarda dos documentos de conservação permanente.

3. O papel dos investigadores como utentes interessados e exigentes dos arquivos estimulam e aumentam a responsabilidade da instituição arquivística no que diz respeito à disponibilização de todos os seus fundos através de bons instrumentos de descrição, da divulgação dos documentos através de publicações em papel de originais ou paleografados ou por processos digitais.

4. A salvaguarda e organização dos arquivos da Igreja do Algarve, necessários à preservação da memória e da convivência entre o religioso e o profano, são de grande importância para a história tanto da igreja como da sociedade.

Para além do levantamento já efectuado, ainda muito insuficiente, será fundamental o trabalho em rede com as instituições da área de influência das paróquias, tais como a realização de protocolos com as autarquias. Para além da hipótese da incorporação dos documentos das paróquias no Arquivo da Diocese.

5. A Intervenção do cidadão na identificação e sinalização de património cultural potencialmente classificável está previsto na própria lei 107/2001 de 8 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural.

O empenhamento dos arquivistas na promoção de uma política de cidadania activa e de intervenção nesta área será fundamental para a preservação e salvaguarda do património arquivístico.

6. Os arquivistas defrontam-se com grandes desafios, tais como a necessidade de centrar o serviço de arquivo numa única unidade orgânica, de promover a implementação da Gestão de Qualidade e de apoiar o progresso da Gestão Documental Electrónica nas diversas instituições algarvias, tal como desenvolver projectos no âmbito da Extensão Cultural, área em crescente desenvolvimento.

João Sabóia

Director do Arquivo Distrital

De Faro

o ARQUIVO MUNICIPAL de Ferreira do Alentejo abriu portas ao público no passado dia 17 de Abril com uma cerimónia de inauguração das novas instalações, presidida pelo Sr. Ministro da Cultura, José Pinto Ribeiro, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Aníbal Reis Costa; contando com a presença do Exmo. Sr. Director da Direcção-Geral de Arquivos Dr. Silvestre Lacerda e demais representantes institucionais envolventes.

O projecto de dotar o património arquivístico do município de instalações próprias, teve desenvolvimento na Divisão Sócio Cultural, no âmbito do programa museológico, da instituição, contando com o apoio, esforço e empenhamento que os executivos prestaram, para que o projecto se tornasse realidade. Por outro lado, a concretização da obra do Arquivo Municipal, só foi possível ao abrigo de financiamento de fundos públicos, para a sua construção. Neste contexto, a Câmara elaborou uma candidatura ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, promovido pela actual DGARQ; e ao Contrato Programa da Secretaria de Estado da Administração Local, num investimento total que rondou os 600 mil euros.

O acervo do arquivo municipal encontra-se actualmente instalado num edifício previsto com todas as valências que lhe são imprescindíveis para o funcionamento de um Arquivo. A disposição do espaço interior encontra-se divido, por pisos, em três zonas: a zona de acesso ao público, com recepção, área de exposições e sala de leitura; a zona de depósito dos documentos, subdividida em duas, uma para o arquivo intermédio e outra para arquivo definitivo, contando ainda com uma sala de triagem de documentos; e a zona dos serviços técnicos, onde se localizam os gabinetes e a sala de trabalho técnico.

O edifício do Arquivo Municipal de Ferreira do Alentejo reveste-se de um cariz inovador, dentro de um programa arquitectónico influênciado pela vertente da sustentabilidade, enquadrada no projecto «Ferreira Sustentável», num encontro de equilíbrios com o tempo e a memória, na utilização de materiais e técnicas tradicionais de construção, manifestas na estrutura do edifício com o emprego dos adobes e da taipa.

A vertente da sustentabilidade, patente no aproveitamento das águas pluviais para abastecimento sanitário, assim como da existência de uma chaminé solar que serve de ventilação natural distribuída a todo o interior dos espaços. A escolha dos materiais de construção tradicionais, como a terra, a madeira e a cortiça, potencia um comportamento térmico favorável e adequado às variações de temperatura que se fazem sentir nesta região do país. A obtenção de condições ambientais confortáveis reduzem os custos de manutenção do edifício diminuindo o impacto no ambiente, fazendo deste tipo de arquitectura um exemplo singular.

O Arquivo Municipal compreende e unifica numa só estrutura o arquivo corrente, intermédio e definitivo, numa perspectiva de gestão integrada dos documentos recebidos e produzidos pelo Município, independentemente do tipo de suporte ou formato, através de um Plano de Classificação e dos procedimentos definidos no Regulamento Interno de Arquivo.

A implementação de um sistema de arquivo integrado na instituição constituiu, desde o início da intervenção arquivística, o principal vector da linha da actuação do Arquivo. Deste modo, o arquivo corrente assumiu-se como a primeira etapa do processo, na elaboração de um Plano de Classificação. Paralelamente, por necessidades internas, regulou-se os procedimentos de transferência de documentos para o arquivo intermédio; bem como a sua organização para efeitos de recuperação e acesso da informação.

Actualmente o Arquivo Municipal dedica, principalmente, a sua actividade ao tratamento dos documentos inactivos. Encontra-se a executar a higienização e limpeza, simultâneamente procede à sua identificação, para posterior descrição arquivística no DigitArq. A preservação constitui igualmente uma preocupação neste processo, de forma que são elaboradas unidades de instalação próprias a cada documento.

O Arquivo Municipal procura continuadamente assegurar a unidade da estrutura arquivística, de modo a garantir a integridade dos documentos, a sua segurança e preservação a longo prazo.

Arquivo Municipal de Ferreira do Alentejo

### Oliveira de Azeméis

Arquivo Municipal de Oliveira e Azeméis Rua Manuel Alegria, 131 3720-292 – Oliveira de Azeméis

Contactos: T 256 690 100 arquivo@cm-oaz.pt

Horário: 9h00 > 12h30 - 14h00 > 17h30

A INAUGURAÇÃO DO ARQUIVO Municipal de Oliveira de Azeméis, no dia 15 de Maio de 2009, figurará para sempre na história do município ao ficar associada às comemorações do 25.º aniversário de elevação de Oliveira de Azeméis a cidade.

O novo equipamento encontra--se instalado no edifício conhecido como «Casa das Escadas Redondas» mandado construir na segunda metade do século XIX, presumivelmente no ano de 1881, data inscrita no frontão do portão original.

Até à sua aquisição pela Câmara Municipal, em 1979, com vista à instalação da maternidade do hospital, serviu de habitação a algumas personalidades da sociedade oliveirense.

Com o fim da necessidade de expansão do hospital, devido à reorganização da rede hospitalar, a Câmara entendeu auxiliar a instalação da CERCIAZ, através da cedência deste edifício. Situação que durou de 1980 a 1988.

Após a saída da CERCIAZ, várias foram as hipóteses ponderadas para a utilização do edifício – esquadra da PSP, Centro de Saúde, Escola de Enfermagem – sem que nenhuma se viesse a concretizar.

Por fim, em 2001, decidiu-se, com a colaboração do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, reabilitar o edifício adaptando-o às necessidades de Arquivo Municipal, criando-se um



espaço com as condições necessárias à preservação e divulgação do património arquivístico do concelho.

O projecto, da autoria da Arquitecta Ana Bacelar, partiu de uma ideia de reinterpretação do edifício original, adequando-o ao novo programa de arquivo municipal. Procurou recuperar a harmonia exterior do edifício, com a reabertura de portas e janelas que haviam sido tapadas, e manter, no essencial, a organização espacial interior, de acordo com as necessidades de funcionamento do Arquivo, separando as áreas públicas das áreas técnicas.

O edifício compreende 3 zonas distintas:

#### Área de Depósitos

#### Área Técnica

Sala de recepção/eliminação; sala de limpeza e expurgo; sala de tratamento arquivístico; sala de conservação e restauro; sala de reprodução de documentos;

#### Área do Público

Recepção, sala de leitura (com capacidade para 6 pessoas), biblioteca de referência/Espaço Internet, sala do serviço educativo, sala de exposições.

No Arquivo Municipal podemos encontrar documentação produzida/ recebida pela Câmara Municipal no exercício da sua actividade, do início do séc. XIX até à actualidade, documentação da Administração do Concelho da Bemposta e outros fundos particulares.

Do importante acervo documental destacamos as actas, os testamentos, os registos, os legados pios, a correspondência, as escrituras, a despesa, a receita, os autos de arrematação, os autos de posse, o registo de minas, as licenças de obras, as plantas, o recenseamento militar, e a colecção de fotografias.

## Fernanda Soares TÉCNICA SUPERIOR DE ARQUIVO

## O fundo Ernesto Melo Antunes

#### 1. Caracterização da documentação:

o fundo ernesto melo antunes, de origem privada, foi doado ao Estado Português, para integração no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em cerimónia pública ocorrida em 8 de Maio de 2009.

Este fundo, em suporte de papel e composto por 258 caixas ou dossiês, compreende o âmbito cronológico de 1953 a 1999.

A documentação do fundo Ernesto Melo Antunes encontra--se associada, primeiramente, ao exercício de funções públicas de Ministro sem Pasta e de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Sob esta perspectiva, este fundo contém documentação única sobre o processo de abertura e de afirmação de Portugal no seio da Comunidade Internacional, no período pós 25 de Abril, da adopção de linhas políticas e geo-estratégicas consideradas essenciais para a soberania nacional, bem como do acompanhamento dos processos de independência das ex-colónias portuguesas.

Outro importante segmento de documentação provém da sua qualidade de membro quase fundador do MFA, contendo documentação associada ao desenvolvimento teórico-político do programa do MFA e à crítica da sua aplicação, bem como documentação comprovativa da preocupação contínua, por parte de Ernesto Melo Antunes, de explicitação e sistematização das implicações políticas, económicas, culturais e científicas do projecto de sociedade portuguesa defendido pelo MFA.

Encontra-se, também, associada às suas funções de Presidente da Comissão Constitucional do Conselho da Revolução, documen-





tação de teor jurídico e de doutrina de fundamentação «do contrato social» à luz das linhas do Programa do MFA, e de posteriores desenvolvimentos político-sociais.

#### 2. Tratamento arquivístico

Para a respectiva organização foram constituídas, até ao momento, 11 secções documentais, nomeadamente:

- 1.ª Participação nas Eleições de 26 de Outubro de 1969, para deputados à Assembleia Nacional;
- a Membro do Movimento das Forças Armadas;
- 3.ª Ministro sem Pasta do 2.º Governo Provisório;
- 4.ª Ministro sem Pasta do 3.º Governo Provisório;
- 5.ª Ministro dos Negócios Estrangeiros do 4.º Governo Provisório;
- 6.ª Ministro dos Negócios Estrangeiros do 6.º Governo Provisório;

- 7.ª Conselheiro da Revolução;
- 8.ª Conselheiro de Estado;
- 9.ª Subdirector-Geral da UNESCO para a Coordenação Regional e Descentralização;
- 10.ª Estudos, projectos e actividades políticas não associadas a cargos públicos;
- 11.ª Carreira Militar.

Dentro de cada secção foram identificadas e descritas as respectivas séries documentais, tendo-se a descrição aprofundado, em geral, até ao nível da unidade de instalação «Pasta», correspondente, com maior frequência, a uma colecção de documentos afins.

Os trabalhos de inventariação decorrem sob coordenação simultânea da Direcção de Serviços de Arquivística e Apoio Técnico e da Divisão de Aquisições e Tratamento Arquivístico, e estão a ser realizados pelo mestrando em Ciências da Informação, Dr. Luís da Cunha Pinheiro.

#### 3. Regime de acesso

O público terá acesso à documentação do fundo Ernesto Melo Antunes dentro dos prazos previsto no n.º 2 do Art.º 17.º do Decreto-Lei 16/93, de 23 de Janeiro, designadamente «50 anos sobre a data da morte da pessoa a que respeitam os documentos ou, não sendo a data conhecida, decorridos 75 anos sobre a data dos documentos». Quem pretender consultar este fundo antes de expirados estes prazos deverá solicitar autorização aos seus doadores.

#### António Frazão

Direcção de Serviços de Arquivística e Apoio Técnico Gabinete de Salvaguarda do Património

#### TORRE DO TOMBO

11:30 Horas

#### Assinatura do Contrato de Doação dos Documentos do pai ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Senhor Ministro da Cultura; Senhor antigo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio; Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros; Dra. Maria de Jesus Barroso; Senhor Director-Geral de Arquivos; Minhas senhoras e meus senhores; Amigos e amigas

Em nome dos meus irmãos, Catarina e Ernesto – que infelizmente não pode estar presente – e também em nome da viúva do meu pai, Maria José, do irmão do meu pai, Fernando, da nossa mãe, Gabriela, e dos meus sobrinhos, Maria, Pedro, Ernesto e Luisa, gostaria de começar por agradecer a todas as pessoas o facto de estarem presentes numa cerimónia que se reveste, para nós, de um grande valor emocional.

Quando há cerca de 10 anos recebemos estes documentos, soubemos, desde o primeiro momento, que eles não nos pertenciam. A questão foi saber onde os colocar de forma a que, por um lado, não se degradassem, mas, onde, também, pudessem estar disponíveis para consulta de todos aqueles que tivessem vontade de o fazer.

Neste aspecto, quando abordados, a decisão de doar estes documentos ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo foi uma decisão fácil. Na realidade, a Torre do Tombo deu-nos todas as garantias de que as nossas principais preocupações seriam acolhidas, e tem sido, tanto a através do seu director, como através dos seus técnicos, principalmente do António Frazão e da Madalena Arruda Garcia, de um profissionalismo, disponibilidade e simpatia inexcedíveis.

Mas às preocupações objectivas de preservação e vontade de disponibilização ao público, juntavam-se questões de ordem afectiva, muito mais difíceis de ultrapassar. Se é verdade que sempre soubemos que estes documentos pertenciam por direito à memória histórica do nosso país, eles são, ao mesmo tempo, e principalmente, fragmentos da vida do nosso pai. No fundo, e de alguma forma, fragmentos das nossas próprias vidas. Abdicar destas coisas íntimas, foi um processo, que demorou o seu tempo (10 anos), e posso dizer que nem sempre foi fácil.

Neste aspecto, gostaria de frisar que a organização de uma tão grande quantidade de documentos só foi possível pela forma como, em família, todos nos solidarizámos para a concretização deste objectivo. Apesar do empenho de todos gostaríamos de agradecer, muito em particular, à nossa prima Maria do Rosário, pela dedicação com que nos ajudou a tratar de uma parte importante da memória do nosso pai.

Houve, ainda, um terceiro conjunto de preocupações que estiveram presentes durante o processo da nossa decisão e que gostaríamos de partilhar convosco.

Pensamos que o nosso pai foi uma pessoa extraordinária e muito completa, mas o facto mais excepcional da sua vida foi ter feito uma revolução para instaurar a democracia ao lado de outras pessoas igualmente extraordinárias: os capitães de Abril. Não podemos deixar de sentir que há aqui uma certa contradição entre a existência de um Arquivo individual Melo Antunes e a Revolução enquanto processo colectivo.

No fundo, não podemos deixar de questionar se o nosso pai tomaria a decisão de entregar os seus documentos à Torre do Tombo. Talvez não. Penso que era demasiado modesto para o fazer.

Mas o nosso pai ensinou-nos que a contradição faz parte da vida, e a vida ensinou-nos que entre o que o nosso pai faria e aquilo que nós devemos fazer pode haver uma diferença. E nós decidimos fazer esta doação.

É por isso com muito orgulho, grande honra e sentimento de missão cumprida que entregamos o Arquivo Melo Antunes ao Estado Português, dando, desta forma, um simples contributo para a conservação da memória do nosso pai e para a construção da memória histórica do nosso país.

Acrescentaria, que pensamos que para ele seria um motivo de grande satisfação e orgulho ter os seus documentos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Terminava, agradecendo à Torre do Tombo o reconhecimento do papel do nosso pai na história recente do país ao aceitar passar a ser a proprietária destes documentos. Pedimos para que os cuidem bem.

Muito obrigada a todos.

# Diferentes mundos num mesmo universo: o Hospital de Todos os Santos ■

COM MEMÓRIAS ANTERIORES às da Misericórdia de Lisboa e percursos que só marginalmente se tocam até meados do século xvi. quando passam a contar uma história comum, o Hospital de Todos os Santos (HTS) cunhou, com a Misericórdia de Lisboa, o quadro da assistência e da saúde pública em Portugal ao longo do período moderno. Gizado por D. João II no contexto do processo de reforma dos hospitais que atravessava a Europa tardo-medieval, coube a D. Manuel I a efectiva concretização do projecto do seu antecessor. Dotado de regimento em 1504, o Hospital Grande, como então era designado, surgia regulamentado por indicações já bastante precisas quer em relação às questões organizativas e funcionais, quer em termos de especialização de tarefas e de público a servir. Seguindo de perto as linhas orientadoras do Hospital de Santa Maria Nueva de Florença, cumprindo, de resto, o desejo expresso por D. João II, o HTS pode, com propriedade, ser considerado o primeiro hospital moderno português, corporalizando um novo paradigma do espaço hospitalar, onde a assistência medicalizada (conforme os conceitos prevalecentes ao tempo) se sobrepunha à assistência espiritual, sem obviamente a secundarizar.

Apesar das linhas gerais da história do HTS serem já conhecidas, em versão teleológica e heróica, como era corrente ao tempo em que a principal monografia do hospital foi escrita, e em trabalhos mais recentes que experimentam novas abordagens interpretativas, o extraordinário espólio documental deste hospital custodiado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo conti-

nua praticamente inexplorado. Com o objectivo de iluminar um pouco mais uma parte tão importante da história nacional, a Universidade de Évora, a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Hospitalar e a Direcção-Geral de Arquivos celebraram, em Fevereiro de 2008, um protocolo de colaboração que, com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, permitiu recrutar uma estagiária para trabalhar no arquivo do Hospital de S. José, que guarda a memória do HTS.

Face ao volume de documentação em causa, foi nossa opção iniciar o trabalho pelas vertentes mais institucionais do hospital, o que permitiu aprofundar o conhecimento sobre uma realidade que já sabíamos complexa e multifuncional, mas que agora se mostrava em outras facetas menos expectáveis. Tendo sido construído num momento de afirmação do poder da Coroa, portador de inegáveis propósitos políticos e comemorativos, além do investimento social que representava, bem entendido, о нтs despontava generosamente financiado por D. Manuel I que, em simultâneo, onerava a nova instituição com rendas e tenças diversas, como se de património da Coroa se tratasse, num contínuo exercício da liberalidade régia que em muito terá contribuído para o desenvolvimento da faceta de «hotel público» que é atribuída ao hospital na segunda metade do século xvIII. A este monarca terá o hospital ficado a dever uma série de competências muito peculiares, que explicam, por exemplo, porque é que ao longo do período moderno os seus governantes, em sessões de gestão corrente, deliberam sobre a acomodação e alimentação de pessoas exteriores

ao hospital ou sobre a abertura de um talho público, ao mesmo tempo que organizam a escola de cirurgia, as práticas de anatomia ou o tratamento dos sifilíticos e dos insanos.

Mais do que uma instituição com variadas funções e dimensões, sob a autoridade régia - ainda que indirectamente depois de 1564 quando a coroa transferiu o hospital para a administração da Misericórdia de Lisboa -, mais do que um espaço e um edifício, o Hospital de Todos os Santos revela-se um governo de variados espaços e construções, de diferentes gentes com distintas motivações, uma labiríntica representação da sociedade, que deve ser analisada em função dos contextos e dos interesses em jogo, que em muito transcenderam os dos profissionais de saúde e os dos muitos milhares de pacientes que ao longo de vários séculos usaram os recursos da instituição. Diversos mundos num universo compósito, cujo conhecimento em muito se aprofundará com a tese de doutoramento em curso que visa reconstituir as diferentes vertentes institucionais do hospital e sua evolução no período moderno. Se esta dissertação, apoiada pela FCT, se traduz num dos resultados mais imediatos do trabalho desenvolvido no âmbito do referido protocolo, a continuação da investigação e colaboração institucional entre as entidades envolvidas facilitará, a breve prazo, o acesso à consulta do arquivo do Hospital de S. José e abrirá caminho ao estudo da vertente médica e aos usos curativos do hospital - afinal a razão principal da sua existência.

Laurinda Abreu
Universidade de Évora
Junho 2009

## Manso de Lima e a Inquisição

IACINTO LEITÃO MANSO DE LIMA (1690-1753), clérigo do hábito de São Pedro e beneficiado na igreja matriz da Sertã, granjeou fama póstuma como autor de uma obra de genealogia intitulada Famílias de Portugal, em mais de 50 volumes de originais que hoje integram o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Embora tal obra seja referenciada amiúde nos estudos da especialidade, começou a ser realmente publicada apenas em 20081, se exceptuarmos uns exemplares policopiados em tiragem restrita e infelizmente interrompida, produzidos nas décadas de 1920 e 1930.

O biógrafo de Manso de Lima, Frederico Gavazzo Perry Vidal, aliás o principal responsável pela referida tiragem, teve acesso à documentação do Santo Ofício existente na Torre do Tombo, pois cita um testemunho indirecto que então compulsou, a saber, a habilitação ao cargo de familiar daquele tribunal por parte do único cunhado do seu genealogista. O que Perry Vidal certamente não teve oportunidade de consultar, na medida em que assegurava conhecer só uma assinatura e uma rubrica de Manso de Lima, foi outro testemunho que pertence ao mesmo fundo e que diz respeito ao próprio biografado, constituindo assim o objecto desta notícia.

Com efeito, ao realizarmos a descrição arquivística do *Caderno* 24º de solicitantes, ora provido do código de referência PT/TT/TSO-IL/037/0764, tivemos ocasião de nos deparar com um inédito «Sumário contra o padre Jacinto Leitão Manso de Lima». Abrangendo 97 fólios e cobrindo o período que vai de Novembro de 1740 a Novembro de 1741, perfaz

175 páginas manuscritas, das quais 83 são de autógrafos de Manso de Lima e apresentam inclusive 4 assinaturas dele.

A grave acusação que o levou a ser formalmente denunciado à Inquisição de Lisboa, consistiu em alegadas «solicitações» a quatro mulheres, ou seja, um delito privativo dos clérigos que incitassem, sempre no específico momento da confissão, a prática de actos designados como «desonestos», de cariz evidentemente erótico.

No decurso das diligências Manso de Lima escreve cartas de eloquente auto-defesa, dirigidas a um inquisidor que supomos seria seu simpatizante, contribuindo para que se perceba, no final, que tudo não terá passado de uma cilada concebida por um seu vizinho e desafecto, mas de cujo ardil Manso de Lima consegue sair inocentado.

Para nós, o que importa reter de todo o *imbroglio* são os indícios por meio dos quais Manso de Lima se revela nas suas cartas, principalmente as alusões que faz aos seus exclusivos interesses existenciais, como nos seguintes trechos: «A minha vida he bem sabida dos meus naturaes, que he ou na Igreja ou na minha Livraria...» e «... gastando nam só os dias, mas as noites sobre os meus livros e aplicações estudiosas, nam só de agora mas de muitos annos a esta parte».

De facto, os segmentos acima transcritos literalmente, dão respaldo documental a que seja alargado o limite cronológico estimado por Perry Vidal para a produção final da alentada obra genealógica, isto é, avançando-se de 1738 para 1741. Numa leitura ainda menos acanhada daqueles trechos, poderíamos

interpretar os constantes estudos que Manso de Lima menciona, como declaração de permanente ampliação de uma obra aberta – e prosseguida, portanto, para além deste novo limite.

Outrossim, alguma incidência de determinados apelidos que comparecem no «Sumário», como Leitões, Correias, Mansos etc., sugere parentescos entre adversários e aliados, mas sobretudo insinua o reduzido âmbito social a que Manso de Lima estava circunscrito na Sertã, a contrastar com a profusão de famílias que ele meritoriamente arrola na sua obra. Seria interessante verificar, ademais, se nela constam os envolvidos na questão em pauta...

Enfim, mediante a abordagem de um exemplo singular, esta nossa breve notícia pretende apontar para algo bem mais lato, qual seja, a constelação de informações ainda não desbravadas no fundo Tribunal do Santo Ofício, um potencial que começa a ser disponibilizado aos investigadores de todos os quadrantes, graças aos trabalhos de descrição e subsequente digitalização, metas do projecto «Inquisição de Lisboa on-line», realizado ao abrigo de um protocolo de cooperação estabelecido entre a REN - Redes Energéticas Nacionais sgp, s.a. e o Estado Português, por intermédio da Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ).

> Paulo Leme ANTT / DATA

<sup>1</sup> LIMA, Jacinto Leitão Manso de. Famílias de Portugal, Tomo I (Abelha – Atouguia) / Leitura, organização e índices por Nuno Gonçalo Pereira Borrego. [S.l.]: Casa da Prova, [2008]. ISBN: 978-989-9582-81-1

10

## A Fotografia no ANTT: 10 anos depois ■

EM 1999, HÁ PRECISAMENTE DEZ anos, o Arquivo de Fotografia de Lisboa (AFL), arquivo dependente do Centro Português de Fotografia (CPF) - criado pelo Decreto-Lei n.º 160/97 -, iniciava o seu funcionamento nas instalações do Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT).

Ao abrigo do Programa de Restruturação da Administração Central do Estado (PRACE), e de acordo com o Decreto-Lei n.º 93/07, o CPF passou a fazer parte integrante da estrutura orgânica da Direcção-Geral de Arquivos e o AFL foi integrado na Divisão de Comunicação do ANTT.

Detém um património composto por cerca de dois milhões de espécies fotográficas distribuídas por 37 fundos e colecções, sendo estes constituídos por negativos em vidro e acetato e provas fotográficas avulsas ou coladas em fichas ou álbuns. Embora o acervo possua imagens dos últimos anos da década de 90 do século XIX, a esmagadora maioria reporta-se à história portuguesa do século xx e a temáticas relacionadas com a história portuguesa até 1992.

Até hoje o arquivo recebeu 1615 pedidos de pesquisa e muitas foram as temáticas solicitadas para digitalização.

No âmbito da história contemporânea portuguesa, os temas mais pesquisados foram os acontecimentos históricos ocorridos durante a I República, o Estado Novo e o Estado Democrático, resultante da revolução de 25 de Abril de 1974. As personalidades nacionais e estrangeiras dos mais variados quadrantes (político, artístico, militar, entre outros), foram igualmente alvo de grande interesse por parte dos investigadores. No contexto da fotografia documental as imagens das diferentes regiões de Portugal, Açores, Madeira e das



Barco do Burnay - PT/TT/JAL/2318

antigas colónias portuguesas também não foram esquecidas.

As imagens digitalizadas sobre as temáticas acima referidas têm ilustrado até hoje, publicações, exposições, trabalhos escolares, teses académicas e documentários.

O ex-AFL tinha como competências a conservação, o tratamento arquivístico e a digitalização do património fotográfico que se encontrava à sua guarda com o objectivo de o divulgar junto dos investigadores e público em geral. Nesse sentido, e ainda antes da fusão com o ANTT, procedeu-se ao tratamento e acondicionamento do fundo Jorge Almeida Lima (num total de 5597 negativos). Paralelamente, e no âmbito das séries que compõem a secção «Serviço de Fotografia» do fundo «Empresa Pública Jornal O Século», iniciaram--se os seguintes trabalhos: revisão alfabética de parte da série «Ficheiro Central», reorganização arquivística da série «Joshua Benoliel», limpeza, acondicionamento e digitalização sistemática dos negativos da sub-série «Álbuns Alfabéticos». Ainda no que respeita a esta última sub-série e para poder dar continuidade aos trabalhos, o CPF contou com o apoio do Programa Operacional de Cultura, apoio esse que permitu a disponibilização de mais de onze mil imagens

e respectiva descrição (consultáveis em www.dgarq.gov.pt), bem como a edição de um guia dos fundos e colecções existentes nos arquivos de Lisboa e do Porto.

Já no contexto da DGARO, a Divisão de Comunicação tem desenvolvido uma política de parcerias com as grandes editoras que frequentemente necessitam de imagens para ilustrar as suas obras. Esta colaboração permitiu já a disponibilização para consulta na sala de referência do ANTT de 133 álbuns alfabéticos em suporte digital e a digitalização integral das fichas ilustradas de Oliveira Salazar da sub-série «Primeiros Ministros» do fundo «SNI». Ainda durante o presente ano iniciar-se-á a digitalização de 7900 fichas ilustradas da sub-série «Política Geral» também do fundo «SNI».

A DGARQ tem igualmente sido procurada por coleccionadores e entidades privadas interessados em doar importantes colecções fotográficas, de que o caso do arquivo fotográfico do «Diário de Lisboa» é um dos exemplos mais recentes, motivo pelo qual ainda não se encontra disponível para consulta ao público.

> Fernando Costa TÉCNICO SUPERIOR DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

## Jornada sobre arquivos de família

REALIZOU-SE NO DIA 21 DE MAIO DE 2009, NA FCSH-UNL (Lisboa), o encontro «Jornada sobre arquivos de família (épocas medieval e moderna)». A organização desta reunião científica, enquadrada num projecto de pós--doutoramento inserido em duas unidades de investigação da FCSH (Instituto de Estudos Medievais e Centro de História de Além-Mar)1, contou com a colaboração da DGARQ. O objectivo principal do Encontro foi constituir-se em primeira etapa de um percurso mais vasto, que procura estudar os acervos de produção familiar e linhagística das Épocas medieval e moderna, bem como valorizar e dinamizar o sector dos arquivos de família. Este momento inicial reuniu, num espaço comum, os diferentes interessados no tema: cientistas da informação/arquivistas, historiadores e proprietários de arquivos. Em conjunto e a vozes saudavelmente diferentes, tentou-se debater este assunto de interesse comum e definir vias de colaboração futura.

Na primeira parte do encontro, foram apresentadas comunicações no âmbito da arquivística/ ciência da Informação e da História medieval e moderna. Pretendeu-se assim começar por definir tanto as grandes linhas teóricas de intervenção directa nos acervos- para os identificar, custodiar, organizar e difundir, como apresentar soluções afins seguidas em diversos países com trabalho consolidado neste sector (em especial Itália, Espanha e França). O primeiro «painel», subordinado ao tema Organizar Arquivos de Família: perspectivas teóricas actuais, contou com intervenções a cargo de Maria de Lurdes Rosa (IEM/FCSH) e de Armando Malheiro da Silva (FL-UP). Foi depois dada a palavra aos principais utilizadores destes acervos, os historiadores - num percurso cronológico, apresentaram-se comunicações sobre trabalhos de investigação realizados com arquivos de família (Mário Sérgio Farelo, IEM/FCSH: «Investigar em História social da Idade Média com arquivos de família: uma experiência»), e sem arquivos de família (Alexandra Pelúcia СНАМ/FCSH: «Quando o silêncio impera: construir a história da nobreza sem arquivos de família»). Nuno Monteiro (ICS) e Tiago Miranda (СНАМ) apresentaram de seguida dois estudos focalizados no uso e história dos acervos, respectivamente, «Algumas notas sobre arquivos de casas nobiliárquicas (séculos xvI-XIX)» e «A organicidade dos 'fundos' de Antigo Regime. Entre o 'público' e o 'privado' nas colecções do Conselho Ultramarino (séculos XVII-XIX)».

Da parte da tarde, o painel «Salvaguardar, custodiar, difundir Arquivos de Família», propositadamente único, pretendeu dar a voz aos proprietários de arquivos de família, por vezes demasiado ausentes, e à autoridade arquivística nacional que maioritariamente se tem ocupado do sector, a DGARQ.

Ao contrário da manhã, o registo não era tanto científico como patrimonial e custodial - que arquivos se detém, que preocupações eles suscitam, que soluções estão disponíveis. A sessão foi aberta por uma intervenção de fundo do Director-Geral da DGARQ, Silvestre Lacerda. Numa postura de grande abertura, a tónica foi posta na colaboração mútua e, é importante frisá-lo, num apelo à apresentação de soluções e propostas por parte dos proprietários, desejavelmente em diálogo com as instituições universitárias e arquivísticas. Foi de seguida apresentado o testemunho de Maria José Mexia, arquivista da Torre do Tombo, que durante décadas foi, laboriosa e tenazmente, intermediando a relação entre o Arquivo Nacional e os proprietários de arquivos de família. Um momento alto do Encontro chegou por fim com as intervenções de vários proprietários de arquivos de família depositados, ou não, nas instituições públicas de custódia documental: Luís Vasconcellos e Souza, António Pinto da França, Maria José Villas Boas e Luís da Costa de Sousa de Macedo. Estas apresentações foram marcadas por um factor impressivo, regra geral ausente de reuniões científicas e técnicas: a existência de uma ligação afectiva, pessoal e familiar, com os «seus» arquivos, por parte de todos os oradores. A preocupação com a conservação e difusão dos acervos nasce de um relacionamento familiar – geracional – com os mesmos, e tem contornos identitários profundos. Como foi salientado, este «amor pelos arquivos» como motivação de fundo, que foi sendo corporizado, lenta mas inequivocamente, poderá ser um importante factor de arranque e consolidação de um campo de intervenção onde os proprietários de arquivos de família sejam protagonistas activos. Um primeiro sinal positivo foi o elevado número de participantes (cerca de cento e trinta, ao longo do dia) - a que não foram de todo alheios o auxílio na organização e o empenho posto na difusão por parte de diferentes proprietários de arquivos, a quem se regista um agradecimento público. Somando-lhe a isto a qualidade das intervenções, a riqueza do debate, e a motivação dos intervenientes, alcançam-se fortes motivos de esperança para quem acredita na importância e oportunidade destes desígnios, pese embora todo o caminho a percorrer.

Maria de Lurdes Rosa

(FCSH - DEP. DE HISTÓRIA; IEM, CHAM)

<sup>1</sup> Projecto de pós-doutoramento, financiado pela FCT, de Maria de Lurdes Rosa (FCSH- IEM/CHAM), intitulado «Em torno dos arquivos de família do Portugal Medieval e Moderno. Ciência arquivística, História social e património» (SFRH/BPD/39720/2007)





#### Direcção-Geral de Arquivos

Coordenação Aura Carrilho
Design e paginação Guidesign
Produção Guide – Artes Gráficas, Ida.
Tiragem 1000 exemplares
Periodicidade Trimestral
ISSN 1646-785X
Depósito legal 265701/07

Alameda da Universidade 1649-010 Lisboa T 217 811 500 F 217 937 230

aura.carrilho@dgarq.gov.pt www.dgarq.gov.pt

#### AGENDA

#### Exposições





#### Invisões, Portugal Visto Pelos Fotógrafos Franceses

4 DE ABRIL > 28 DE SETEMBRO

NUM ANO EM QUE A CIDADE DO PORTO ASSINALA A EVOCAÇÃO do Bi-Centenário das Invasões Francesas, o programa expositivo do CPF para 2009 pretende destacar a relevância da obra fotográfica de autores franceses enquanto apreciados «invasores» do nosso país

#### Autores com trabalho representado na mostra

Georges Dussaud, Edouard Boubat, Pierre Devin, Alain Buttard, Jean Gaumy, Guy Le Querrec, Bernard Plossu, Frédéric Bellay, Henri Cartier-Bresson, Alain Fleischer e Bernard Faucon, Robert Demachy, Jacques-Henri Lartigue, Emile Constant Puyo, Alfred Fillon Photographe, Mayer & Pierson Frères, Charles Jacotin e Numa Blanc. ♦



Porto, Sé, Paço Episcopal, Novembro de 2007



Mondego 94 · AUTOR: Pierre Devin · Colecção Nacional de Fotografia,

#### Centro Português de Fotografia/Direcção-Geral de Arquivos

Edifício da Cadeia da Relação do Porto · Campo Mártires da Pátria · 4050-368 Porto Portugal Tel. + 351 222 076 310 · Fax. +351 222 076 311 · email@cpf.pt · www.cpf.pt Horário do centro de exposições: 3.ª a 6.ª das 10h00 às 12h30 e das 15h00 às 18h00 Sábados, Domingos e Feriados das 15h00 às 19h00 – Entrada Livre

## Como funcionava um Scriptorium Medieval?

APRESENTAÇÃO NO DIA 14 de Julho, às 15 horas, no edifício da Torre do Tombo, pela Professora Doutora Maria José Azevedo Santos, directora do Arquivo da Universidade de Coimbra.

Nesta apresentação dar-se-á a conhecer o mobiliário, os instrumentos e os materiais indispensáveis às tarefas de preparação dos suportes, das tintas, da escrita, da iluminura, da encadernação, para a produção de códices e de outros documentos medievais. ♦

#### E... 300 anos não passam ao Lado... no aniversário do Convento do Louriçal

ATÉ 31 DE AGOSTO

MOSTRA DOCUMENTAL a assinalar as Comemorações dos 300 anos da fundação do Convento do Louriçal.

Do Breve do Papa Alexandre VII de 1659, que autoriza a criação de uma comunidade religiosa no Louriçal, ao processo de partilha do Convento e dos seus bens vai uma longa história de uma comunidade que não se esgota na V*ida da Venerável Madre Maria do Lado.* ♦

#### Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Alameda da Universidade • 1649-010 Lisboa Tel. 217 811 500 • Fax. 217 937 230 grec@dgarq.gov.pt • Horário: de 2.ª a 6.ª: das 10h00 às 19h00 – Entrada Livre